

GREVE NACIONAL 05/12!

AS POLÍTICAS DO GOVERNO TEMER DESMONTAM A EDUCAÇÃO FEDERAL! FORA TEMER!

A precária situação financeira das Instituições Federais de Ensino (IFEs) é o desdobramento dos ataques à universidade pública e gratuita realizados pelo governo de Michel Temer em consonância com um Congresso Nacional alinhado aos interesses do grande capital, em detrimento das necessidades da classe trabalhadora. Olhando para o passado recente, constatamos que desde 2014 a Educação pública brasileira vem sofrendo sucessivos cortes orçamentários promovidos por governos alinhados com o ideário neoliberal. Olhando para o futuro imediato nos inquietamos por saber que o orçamento que será tomado como referência para o próximo ano – e apenas reajustado de acordo com a inflação conforme previsto na EC 95 – não será suficiente para cobrir as vindouras despesas de capital e custeio.

GREVE NACIONAL 05/12

Ato Público (Portão Central UNIFAP)

Programação:

08h – Café da Manhã.

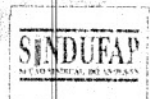
08h30 – Fala das Entidades.

09h – MESA DE DEBATES: “Os impactos da Reforma da Previdência na vida do trabalhador@s” (Advogado Anselmo Paes).

10h30 – Apresentação Cultural.

11h00 – Encerramento.

15h00 – Carreata partindo da Praça Veiga Cabral.



Diante deste cenário, a luta sindical tem sido constante e tem conseguido frear em várias frentes o projeto privatizante, que tem na precarização da Educação uma de suas etapas. O movimento de resistência da classe trabalhadora deve se fortalecer para reverter as reformas em curso e para barrar os novos ataques do ilegítimo governo de Temer, como esse desferido contra os servidores públicos federais por meio da **Medida Provisória 805/2017, que eleva para 14% a contribuição previdenciária e que posterga os aumentos remuneratórios, alterando a Lei n. 8.112/1990 e a Lei 10.887/2004.**

NOSSA LUTA

- Contra a Reforma Trabalhista.
- Pelo fim da Terceirização.
- Contra a Reforma da Previdência.
- Contra as privatizações e em defesa da Educação Pública e Gratuita.
- Em defesa dos serviços públicos.
- Não ao aumento de 11% para 14% da alíquota previdenciária dos servidores públicos federais.